

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Tomámos conhecimento que a Administração da Moviflor enviou uma informação aos gerentes e subgerentes de loja, aos armazéns e GreenPark, informando que a partir de 1 de outubro encerrarão todas as lojas. A administração justifica esta decisão com o facto de *“não se encontrar ainda definida a evolução da empresa face á necessidade de investimento, e considerando as dificuldades e contingências com que nos debatemos diariamente, foi tomada a decisão de encerramento temporário das instalações já a partir do próximo dia 1 Outubro 4ª feira.”*

Entretanto o sítio web da Moviflor já se encontra inoperacional apresentando a seguinte mensagem: *“Estamos a melhorar o site Moviflor. Em breve poderá, novamente, conhecer os nossos produtos, e comprá-los online.”*

Há uma enorme preocupação dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais do CESP – Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal quanto ao futuro da empresa, porque temem que o encerramento temporário das lojas referido pela Administração da Moviflor se torne definitivo.

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tem vindo a acompanhar a situação dos trabalhadores e da empresa Moviflor. Dirigimos vários questionamentos ao Governo sobre esta situação (Perguntas nº 1533/XII/1ª, 526/XII/2ª, 954/XII/2ª, 2477/XII/2ª, 485/XII/3ª, 714/XII/3ª, 716/XII/3º, 1041/XII/3ª, 87/XII/4ª e 88/XII/4ª) e em Julho passado interpelou diretamente o Ministro da Economia na comissão parlamentar, designadamente a propósito do processo PER da Moviflor, sem que o Governo tivesse uma palavra para estes trabalhadores.

Há muito que a empresa não cumpre com as suas responsabilidades, designadamente com os trabalhadores, fornecedores e outras entidades. Os trabalhadores permanecem com os salários em atraso e nem o que estava previsto no Plano Especial de Revitalização (PER), aprovado no final do ano de 2013, no que respeita ao pagamento dos salários em atraso foi cumprido. Regista-se que na nota enviada pela Administração da Moviflor não há nenhuma referência aos

salários em atraso dos trabalhadores.

Para além dos três salários em atraso já previstos no PER, somam-se os subsídios de férias e de natal, os salários de janeiro a abril de 2014 e as indemnizações.

O PER aprovado previa que as dívidas aos trabalhadores seriam pagas durante seis meses, após um período de carência de seis meses e os trabalhadores abrangidos pelo despedimento coletivo (cerca de 200 trabalhadores) receberiam as respetivas indemnizações durante 36 meses, após um período de carência de oito meses, o que não foi cumprido.

Perante esta situação e porque os trabalhadores já não conseguiam suportar sem receber o seu salário, muitos optaram por suspender o contrato de trabalho.

Segundo as informações vindas a público, algumas lojas já tinham sido encerradas, estando em funcionamento apenas as lojas de maiores dimensões.

Apesar da aprovação do PER, a empresa não conseguiu melhorar a sua situação económica e financeira. Provavelmente, as dívidas da empresa ter-se-ão avolumado face ao valor identificado no PER.

Alguns trabalhadores na perspectiva de recuperar os seus salários pediram a insolvência da empresa no Tribunal do Comércio de Lisboa. O pedido de insolvência não teve desenvolvimento, nem há nenhuma previsão para o andamento do processo, e a situação de paralisação dos tribunais provocada pelo colapso da plataforma informática CITIUS é motivo de maiores angústias para os trabalhadores.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Justiça, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem consciência de que a falência dos meios técnicos que garantem o funcionamento dos tribunais, introduz maior angústia aos trabalhadores, pelo facto do pedido de insolvência não ter tido andamento no Tribunal do Comércio de Lisboa?
2. Que medidas vai o Governo tomar para que os tribunais possam voltar a funcionar em condições de normalidade de modo a que o processo de insolvência da Moviflor no Tribunal do Comércio de Lisboa possa seguir o seu curso?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 29 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)

DAVID COSTA(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

Deputado(a)s

FRANCISCO LOPES(PCP)

JOÃO OLIVEIRA(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)

PAULO SÁ(PCP)

RITA RATO(PCP)